



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS
CURSO BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

NATÁLIA DE SOUZA SILVA

**UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS
DO COMÉRCIO VAREJISTA DO MUNICÍPIO DE SUMÉ - PB SOBRE OS
SERVIÇOS OFERECIDOS PELOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE**

MONTEIRO - PB

2018

NATÁLIA DE SOUZA SILVA

**UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS
DO COMÉRCIO VAREJISTA DO MUNICÍPIO DE SUMÉ - PB SOBRE OS
SERVIÇOS OFERECIDOS PELOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE**

Monografia apresentada à Universidade Estadual da Paraíba, como pré-requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade para usuários externos

Orientadora: Prof. Esp. Mauricéia Carvalho Nascimento

MONTEIRO - PB

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586e Silva, Natália de Souza.

Um estudo sobre a percepção dos micro e pequenos empresários do comércio varejista do município de Sumé – PB sobre os serviços oferecidos pelos escritórios de contabilidade [manuscrito] / Natalia de Souza Silva. - 2018.

47 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas , 2018.

"Orientação : Profa. Esp. Mauricéia Carvalho Nascimento ,
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCHE."

1. Microempresários. 2. Micro e Pequenas empresas. 3.
Escritórios de contabilidade. 4. Profissionais contábeis. I. Título

21. ed. CDD 658.022

NATÁLIA DE SOUZA SILVA

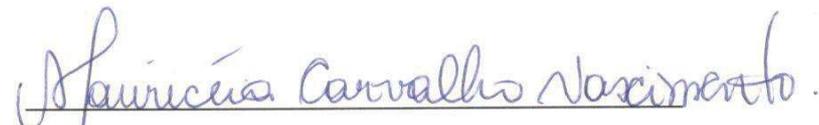
**UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS
DO COMÉRCIO VAREJISTA DO MUNICÍPIO DE SUMÉ – PB SOBRE OS
SERVIÇOS OFERECIDOS PELOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE**

Monografia apresentada à Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade para usuários externos.

Aprovado em: 21/11/2018

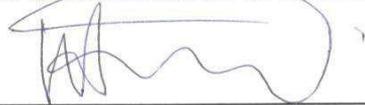
BANCA EXAMINADORA



Prof. Esp. Mauricéia Carvalho Nascimento (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ms. Josimar Farias Cordeiro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Esp. Wilton Alexandre de Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, por acreditarem em mim e sempre incentivarem meus sonhos, não medindo esforços para minha felicidade. E ao meu noivo, por seu companheirismo e amor sempre, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido o dom da vida e por me sustentar de pé todos os dias, me dando força e energia para realizar meus sonhos.

A minha mãe Valdênia, que sempre esteve ao meu lado nos momentos difíceis, compartilhando comigo uma amizade inigualável e me apresentando todos os dias o amor de mãe. Ao meu pai Ranieri, que sempre acreditou no meu potencial e sempre me deu palavras de conforto, dizendo que eu iria conseguir.

Aos meus tios Alanice, Aldenice e Danilo, por seu apoio, buscando sempre me dar dicas e estar ao meu lado. Aos meus avós Damião e Josina, pelo seu amor, procurando sempre me deixar feliz.

Aos colegas de trabalho Rita, Cida, Felipe e Valquiria, que me fizeram rir em tempos de puro estresse, me escutaram quando eu precisei desabafar e por seu auxílio na minha construção profissional. Ao meu chefe Cícero, pela sua complacência, entendendo que eu precisava de tempo para me dedicar a este trabalho, obrigada pela compreensão sempre!

Ao meu noivo Adeilson, que sempre me deu palavras de conforto, me entendendo nos momentos de tristeza e estresse, buscando me acalmar com todo amor e carinho que eu poderia receber.

Não posso deixar de agradecer em especial a minha orientadora, Mauricéia, que nunca recusou auxílio durante o TCC e na minha trajetória acadêmica e profissional, o meu muito obrigada!

Por isso não tema, pois estou com você; não tenha medo,
pois sou o seu Deus. Eu o fortalecerei e o ajudarei; eu o
segurarei com a minha mão direita vitoriosa.

Isaías 41:10

RESUMO

Esta pesquisa buscou conhecer a percepção dos Micro e Pequenos Empresários (MEIs) do comércio varejista de gêneros alimentícios sobre os serviços ofertados por escritórios de Contabilidade. Teve como objetivos específicos caracterizar o perfil dos Micro e Pequenos empresários; identificar quais os serviços oferecidos pelos escritórios de contabilidade sob a ótica do empresário; conhecer os serviços mais solicitados aos escritórios de contabilidade; e identificar quais informações são mais importantes e úteis para o processo de gerenciamento do negócio. Para responder ao problema de pesquisa e alcançar os objetivos, fez-se uso de procedimentos metodológicos que se classificam como pesquisa exploratória, descritiva, de abordagem quali-quantitativa e com utilização de casos múltiplos. Como instrumento de coleta de dados fez-se uso de questionário simples (contendo questões fechadas e abertas). A amostra objeto deste estudo foi composta por 10 (dez) Micro e Pequenos Empresários do comércio varejista do município de Sumé - PB. Os dados revelam que os microempresários estão na faixa etária entre 18 e 72 anos, em maioria do gênero masculino, com grau de instrução do ensino médio completo e que estão no comércio há mais de 10 anos. No tocante ao perfil das empresas, constatou-se que elas estão no mercado há mais de 10 anos, com predominância do porte de Micro Empreendedor Individual, tributação pelo Simples Nacional. Verificou-se que os Micro e Pequenos empresários não fazem uso das informações contábeis no gerenciamento do negócio. Ainda, que os principais serviços ofertados para as Micro e Pequenas empresas são de natureza fiscal e trabalhista, voltados para o atendimento das obrigações principais e acessórias, ligadas à empresa, sem nenhuma preocupação gerencial.

Palavras-chave: Micro e Pequenas empresas. Microempresários. Escritório de Contabilidade. Profissionais Contábeis.

ABSTRACT

This research sought to understand the perception of Micro and Small Entrepreneurs (MEIs) of the retail food retailer on the services offered by Accounting Offices. Its specific objectives were to characterize the profile of Micro and Small Business Owners, to identify the services offered by accounting offices from the perspective of the entrepreneur, to know which services are most requested from accounting offices, and to identify which information is most important and useful for the business management process. In order to answer the research problem and to reach the objectives, methodological procedures have been used which are classified as exploratory, descriptive, qualitative-quantitative and multi-case research. As a data collection instrument, a simple questionnaire was used (containing closed and open questions). The sample of this study was composed of 10 Micro and Small Entrepreneurs of the retail trade of the municipality of Sumé – PB. The data show that microentrepreneurs are in the 18 to 72 age brackets, most of them male, have completed high school education and have been in commerce for more than 10 years. Regarding the profile of the companies, it was verified that they have been in the market for more than 10 years, with a predominance of Micro Entrepreneur Individual, taxed by Simples Nacional. It was verified that the Micro and Small entrepreneurs do not make use of the accounting information in the management of the business. Also, the main services offered to micro and small companies are tax and labor, focused on meeting the main and accessory obligations related to the company without any managerial concern.

Keywords: Micro and Small companies. Microentrepreneurs. Accounting Office. Accounting Professionals.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idade	26
Gráfico 2 – Gênero	27
Gráfico 3 – Função	28
Gráfico 4 – Tempo de trabalho na empresa.....	28
Gráfico 5 – Porte da empresa.....	29
Gráfico 6 – Regime de Tributação.....	29
Gráfico 7 – Colaboradores (empresagos) na empresa	30
Gráfico 8 – Tempo de atuação da empresa.....	30
Gráfico 9 – Tempo de prestação de serviço do escritório	31
Gráfico 10 – Envio de documentação periódica ao escritório.....	32
Gráfico 11 – Relatórios apresentados pelo escritório	33
Gráfico 12 – Simplificação das obrigações da empresa	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação das Micro e Pequenas Empresas a partir do faturamento	18
Quadro 2 – Classificação do porte das empresas pelo número de funcionários	19
Quadro 3 – Principais Normas Para Micro e Pequenas Empresas	20
Quadro 4 – Obrigações para empresas tributadas pelo Lucro Presumido e Real	22
Quadro 5 – Grau de instrução do responsável pela tomada de decisão na empresa	27
Quadro 6 – Serviços recebidos pelo escritório	33
Quadro 7 – Nota para o escritório que presta serviço à empresa	34
Quadro 8 – Serviços mais solicitados ao escritório de Contabilidade	35
Quadro 9 – Principais motivações apresentadas	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 CARACTERIZAÇÕES DO PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo geral	12
1.2.2 Objetivos específicos	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 CONTABILIDADE	14
2.2 PROFISSIONAL CONTÁBIL	15
2.3 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	17
2.4 CONTABILIDADE APLICADA ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	20
3 METODOLOGIA	24
3.1 QUANTO AO OBJETIVO	24
3.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS	24
3.3 QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA	25
3.4 AMOSTRA	25
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	26
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DO RESPONDENTES.....	26
4.2 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DA EMPRESA.....	29
4.3 INFORMAÇÕES GERADAS PELA CONTABILIDADE	31
4.4 INFORMAÇÕES DEMANDADAS	35
5 CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICE	46

1 INTRODUÇÃO

Diante do cenário econômico mundial, o Brasil se destaca por possuir grande representatividade das Micro e Pequenas Empresas (MPE) na conjuntura econômica do país. Nesse sentido, o SEBRAE (2015) apresenta a representatividade das empresas por segmento, em que o comércio possui 48,5%, as empresas prestadoras de serviço possuem 38,3% e as indústrias 13,1% de representatividade.

Nesse cenário, grande parte dos empreendimentos são constituídos por empresários sem nenhuma experiência decisória, os quais na maioria das vezes realizam o controle de seus negócios de forma despreparada, causando assim obstáculos no processo de prestação de serviços ofertados pelos escritórios de contabilidade. Tal assertiva é justificada através do pensamento de Carvalho *et al* (2009) de que os empresários, em especial os gestores das Micros e Pequenas Empresas, por motivos principalmente relacionados ao baixo grau de instrução, acabam interferindo no uso de informações contábeis úteis para o processo de gestão, aspecto que pode responsabilizar os profissionais de contabilidade pela burocracia existente.

Conforme o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (2011), as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) muitas vezes produzem demonstrações contábeis apenas para o uso de proprietários e administradores, ou apenas para o uso de autoridades fiscais e outras autoridades governamentais.

Nessa perspectiva, Stroehler e Freitas (2008, p. 14) expõem que “é inegável a importância das informações contábeis para a gestão de qualquer empreendimento empresarial”. Isso ressalta que, dada a relevância da informação Contábil, é de suma importância o conhecimento do gestor sobre as informações prestadas pela Contabilidade para a gestão de um empreendimento. Os autores ainda evidenciam que, em tese, o gestor não tem conhecimento suficiente, o que acaba por repercutir no não entendimento da importância da informação prestada.

1.1 CARACTERIZAÇÕES DO PROBLEMA DE PESQUISA

O gerenciamento nas Micro e Pequenas Empresas está ligado diretamente ao conhecimento de seus gestores. Porém, como afirma Stroehler e Freitas (2008), devido ao pequeno empresário, na maioria dos casos, não possuir conhecimentos contábeis suficientes,

por vezes não consegue avaliar a sua importância, o que repercute diretamente na informação que deve ser repassada para seu contador e naquela que deve ser recebida pelo gestor.

A partir dessas hipóteses iniciais, buscou-se responder ao seguinte questionamento: qual a percepção dos Micro e Pequenos Empresários do comércio varejista do Município de Sumé - PB sobre os serviços oferecidos pelos escritórios de contabilidade?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Demonstrar a percepção dos Micro e Pequenos Empresários do comércio varejista de gêneros alimentícios do Município de Sumé - PB sobre os serviços oferecidos pelos escritórios de contabilidade.

1.2.2 Objetivos específicos

- ✓ Caracterizar o perfil dos Micros e Pequenos Empresários;
- ✓ Identificar os serviços oferecidos pelos escritórios de contabilidade sob a ótica do empresário;
- ✓ Investigar quais são os serviços mais solicitados aos escritórios de contabilidade;
- ✓ Averiguar as informações mais importantes e úteis para o processo de gerenciamento do negócio.

1.3 JUSTIFICATIVA

No intuito de contribuir para a compreensão do tema discutido, são apresentados alguns estudos realizados, dentre os quais pode-se mencionar o estudo de Francisco e Erculano (2015), que buscaram verificar a percepção dos gestores das Micro e Pequenas empresas da cidade metropolitana de Sabará sobre o gerenciamento das informações contábeis, com o objetivo de identificar se os gestores utilizavam as informações contábeis como ferramentas na gestão do negócio. O estudo teve como principal resultado que a maioria dos gestores das empresas não utilizam as informações contábeis como ferramenta de apoio na gestão dos negócios.

Ainda, Barbosa *et al* (2016) desenvolveram um estudo que buscou conhecer a percepção do empresário e o nível de satisfação do atendimento aos serviços prestados pelo

seu respectivo profissional contábil no município de Foz do Iguaçu. Os resultados da pesquisa revelaram que nem todos os especialistas contábeis ou firmas de contabilidade se atentam à satisfação do cliente como ferramenta de diferencial para a manutenção da sua carteira de clientes.

Nessa perspectiva, este estudo justifica-se pela busca em entender quais serviços são oferecidos pelos escritórios de contabilidade aos Micro e Pequenos Empresários do ramo de gêneros alimentícios da cidade de Sumé - PB. Ainda, visa contribuir para a identificação do perfil das empresas estudadas, a fim de gerar informações diagnósticas para os contadores a respeito dos serviços ofertados aos Micro Empresários, de modo que possam ter conhecimento acerca dos serviços que recebem e dos serviços que poderiam receber.

Este estudo também contribui para a geração de conhecimentos no contexto local, para a academia, bem como para a sociedade, no sentido de difundir a importância da geração de informações úteis para o gerenciamento dos negócios das empresas de pequeno porte.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE

A Contabilidade é a linguagem dos negócios, responsável por medir os resultados das empresas, avaliar o desempenho e dar diretrizes para a tomada de decisões (MARION, 2005).

Sousa (2016) complementa que a Contabilidade é considerada uma ciência que estuda o Patrimônio das entidades, sejam elas públicas ou privadas, sob o ponto de vista econômico e financeiro, identificando os elementos mensuráveis e suas variações, com o objetivo de analisar e controlar.

Nesse sentido, Kounrouzan (2017) retrata que a Contabilidade tem papel de destaque nas empresas, uma vez que, ao tratar dos fatos patrimoniais, transformando-os em informações, exercita a sua principal função.

Então, torna-se praticamente impossível em um país de tanta burocracia estatal, obter sucesso em um negócio sem ter conhecimento das receitas e obrigações de uma empresa. Nessa perspectiva, Rezende (2005) declara que a informação Contábil é um recurso efetivo para as organizações, principalmente se planejada e quando disponibiliza as informações de forma personalizada e com qualidade.

Carvalho e Nakagawa (2004) contribuem com esse pensamento quando afirmam que a Ciência Contábil é considerada como uma ciência responsável por todo o processo de mensuração, registro e comunicação dos fatos que envolvem a atividade empresarial.

Carvalho *et al* (2009) apresentam a Contabilidade como ferramenta fundamental para o fornecimento – ao empresário – de informações necessárias ao controle do seu patrimônio e gerenciamento de seus negócios, o que, sem dúvida, é imprescindível para o desenvolvimento econômico, garantindo o cumprimento da função social da empresa.

Beuren (2000) enfatiza que a principal função da Contabilidade é suprir de informação relevante os gestores, a fim de capacitá-los a alcançar os objetivos da organização com o uso eficiente de seus recursos.

O processo de apresentação das informações prestadas pela Contabilidade se dá a partir do processo de padronização de uma só forma de mensuração para toda a sociedade. Desse modo, Sousa (2016) traz a perspectiva de que a padronização do registro Contábil possibilita aos usuários acesso a informações consistentes e tempestivas para a tomada de decisão, e essa padronização só é possível através da utilização das Normas Contábeis.

Raza (2008) contextualiza que o empreendedor deve tornar a sua Contabilidade uma fonte de informações para que possa tomar decisões seguras e coerentes com seu negócio.

Albuquerque (2004) expõe que as ações e decisões nas pequenas empresas quase sempre são tomadas com base na intuição e na experiência do empresário, ressaltando, assim, que os Micro e Pequenos Empresários acabam julgando-se autossuficientes na gestão de negócios, desconhecendo o auxílio que a contabilidade poderia lhes proporcionar.

Nesse contexto, Dias (2000) esclarece que a maioria das MPE não se utiliza da Contabilidade como uma ferramenta aliada ao processo decisório, mas sim como um “mal necessário” decorrente das exigências fiscais. Nessa abordagem, pode-se inferir que as informações fornecidas pela Contabilidade nem sempre auxiliam o processo de tomada de decisão, na obtenção de melhores resultados, bem como no auxílio para a sobrevivência da empresa.

A partir do pensamento dos autores, pode-se questionar sobre quais são o objeto e o objetivo da Contabilidade. Autores como Ribeiro (2013) apresentam como principal objeto da Contabilidade o Patrimônio, considerado o conjunto de bens, direitos e obrigações avaliados em moeda e pertencente a uma pessoa.

Padoveze (2012) complementa, apresentando como objetivo da Contabilidade a capacidade de atender aspectos da gestão das entidades, abrangendo a empresa como um todo desde suas necessidades estratégicas e de planejamento até suas necessidades de execução e controle.

Pode-se observar, portanto, que são inúmeras as definições para a Contabilidade. Contudo, o foco de cada uma delas é que esta é uma Ciência que desempenha um papel fundamental no controle do patrimônio, subsidiando o fornecimento de informações úteis, o que possibilita o gerenciamento para a tomada de decisão daqueles que a utilizarem.

A partir do exposto, analisar-se-á o papel do Profissional Contábil/Contador frente à utilização da Contabilidade.

2.2 PROFISSIONAL CONTÁBIL

O Contador é um profissional de nível superior, portador do diploma de bacharel em Ciências Contábeis devidamente registrado no Conselho Federal de Contabilidade (FORTES, 2002).

Marion (2005) complementa que não basta possuir o diploma de bacharel em ciências contábeis, mas também se precisa de outras habilidades, como: conhecer informática, falar

outro idioma, ser criativo, saber trabalhar em equipe, ter equilíbrio emocional, aprender a liderar, motivar, navegar na internet, ter boa comunicação, pensar sempre em reciclar o conhecimento, ler muito e sempre.

Complementando o pensamento do autor, vale salientar que a profissão de Contador pode ser assumida também pelo profissional com curso técnico. Porém, de acordo com a Lei nº 12.249/2010, que atualizou o Decreto-lei nº 9.295/1946, o registro no Conselho Regional de Contabilidade (registro necessário para o desempenho das principais funções de Contador), para a prerrogativa de Técnico em Contabilidade, foi interrompido a partir 1º de junho de 2015. Após essa data, somente bacharéis em Ciências Contábeis podem obter o registro como Profissional da Contabilidade. Abre-se um parêntese a quem já estava registrado no Conselho, que continua exercendo a profissão normalmente.

A contabilidade oferece vertentes altamente atraentes, mas é extremamente necessário um bom indicador dessas competências e da ética baseada nesses pilares para se construir a marca e o marketing pessoal do profissional de Contabilidade.

Dessa forma, o mercado de trabalho é bastante diversificado e atraente para o profissional contábil. Entre as principais funções que podem ser desempenhadas pelo profissional, destacam-se: autônomo, empresário de Contabilidade, auditor independente, auditor interno, consultor tributário, *controller*, auditor fiscal, perito Contábil, membro de conselho fiscal e de administração, árbitro em câmaras especializadas, acadêmico, membro de comitês de auditoria, membro de entidade de classe, executivo, entre outras.

Frente às atribuições necessárias ao Profissional Contábil, Kounrouzan (2017, p. 3-4), afirma que a profissão contábil está passando por significativas mudanças em sua estrutura interna e externa, alterações que ainda não são conhecidas pela grande massa dos profissionais. Dessa maneira, o autor apresenta quatro etapas essenciais no processo qualificativo de um Contador:

Formação Acadêmica: Sendo considerada a educação a chave para valorização profissional.

Experiência prática: A experiência profissional, associada à prática, formam o conjunto de um profissional. Com as inovações decorrentes de sistemas programados, o contabilista precisa aperfeiçoar-se a acompanhar e utilizar essas inovações, de modo que saiba operar tais sistemas identificando todo processo feito eletronicamente, e reconhecer possíveis erros e falhas de um sistema, aproveitando as ferramentas apresentadas para melhor desempenhar seu trabalho.

Competências e habilidades: Entende-se por competências o conhecimento técnico, e habilidades, a capacidade de transmissão e análise do conteúdo técnico.

Ética e responsabilidade social: A responsabilidade ética corresponde a valores morais que dizem respeito a crenças pessoais sobre comportamento eticamente correto ou incorreto, tanto por parte do próprio indivíduo quanto com relação a outros. É dessa maneira que os valores morais e ética se completam. Somente com condutas pautadas na responsabilidade ética, moral e social é que o profissional contábil poderá se desenvolver.

A atuação do profissional contábil deve estar respaldada no compromisso ético e na observância da norma. Conforme exposto na resolução CFC nº 803/96, no art. II do Código de Ética Profissional dos Contadores, é dever do profissional: exercer a profissão com zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais.

Santos (2010, p. 16) afirma que o profissional contábil deve “além de ter uma postura ética-profissional inquestionável, participar de eventos destinados à sua permanente atualização profissional”.

Nesse cenário, Costa (2017) afirma que o contador deve estar em constante atualização para conseguir assessorar de forma simples e lucrativa seus clientes, orientando um melhor planejamento da carga tributária recolhida por uma empresa. Tal afirmativa expõe um dos principais papéis do Contador: o de assessorar seus clientes a respeito da melhor forma de trabalho dentro de sua atividade.

Melo (2012, p. 34) enfatiza que “os profissionais contábeis sempre serão responsáveis pela escrituração Contábil, porém, é importante evidenciar as novas prerrogativas que o mercado globalizado exige do contador”.

Essa linha de pensamento é seguida por Cavalcante e Schneiders (2008), quando expõem que o Contador é considerado o agente capaz de qualificar, quantificar e interpretar os efeitos das transações planejadas, para tomar decisões e resolver problemas. Ele não é responsável por tomar decisões, mas pelo levantamento das informações e pelas dicas que interessam aos usuários para solução de problemas e gestão de seus empreendimentos.

É notório que o profissional Contábil deve sempre buscar aperfeiçoar seu conhecimento para melhor atendimento de seu cliente, e a pesquisa e o contato com outros profissionais da área promovem grande parte desse aperfeiçoamento. Não pode bastar ao Contador a emissão de relatórios, mas o entendimento frente a esses documentos, além dos problemas inerentes à falta de informação na geração desses relatórios para informação aos gestores.

2.3 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

De acordo com Souza (2016) são diversas as definições de MPE (Micro e Pequena Empresa), entretanto, é usual a sua classificação pela receita bruta e pelo número de empregados. Isso corrobora diretamente com a definição de MPE emitida pela ITG 1000,

Resolução CFC nº 1.418/12, quando elenca a definição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte:

A sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada ou o empresário a que se refere o Art. 966 da Lei nº 10.406/02, que tenha auferido, no ano calendário anterior, receita bruta anual até os limites previstos nos incisos I e II do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

A Lei Complementar nº 123/06, por meio dos incisos acima citados, determina:

- I. No caso da Microempresa, que aufera no ano calendário, receita bruta igual ou superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e
- II. No caso de Empresa de Pequeno Porte, que aufera no ano calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Salienta-se para as principais classificações do porte de uma empresa, o Sebrae (2017) apresenta três subdivisões para definição da Pequena e Microempresa de acordo com o faturamento exposto no quadro 1:

Quadro 1 – Classificação das Micro e Pequenas Empresas a partir do faturamento

Classificação	Características	Faturamento
Microempreendedor Individual (MEI)	Trata-se de um empresário individual e sem sócios, que desempenha uma das mais de 400 atividades permitidas pela atual legislação. É optante do Simples Nacional (Simei).	Receita bruta anual de até R\$ 81.000,00
Microempresa (ME)	Nessa modalidade não há restrições para o desempenho de serviços, no entanto, é importante ter o controle do faturamento a partir do registro correto do fluxo de caixa (que deve ser realizado em toda empresa). Se o lucro ultrapassar o limite para ME, o contrato social deve ser revisto, alterando também o regime tributário do empreendimento.	Receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	Da mesma forma que a ME, o titular de uma Empresa de Pequeno Porte deve formalizar o negócio em uma Junta Comercial, optando por um dos regimes tributários (Simples Nacional, Lucro Real ou Lucro Presumido).	Se a receita bruta anual for superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior é R\$ 4.800.000,00

Dados: Sebrae, 2017.

Nessa perspectiva, os dados do Sebrae (2017) ainda apresentam a caracterização do porte da empresa, levando em consideração a quantidade de funcionários por segmento de atuação (comércio, serviço e indústria). Para melhor detalhamento, segue quadro 2:

Quadro 2 – Classificação do porte das empresas pelo número de funcionários

Porte	Comércio e Serviços	Indústria
Microempresa	Até 9	Até 19
Empresa de Pequeno Porte	De 10 a 49	De 20 a 99
Média empresa	De 50 a 99	De 100 a 499
Grande empresa	Mais de 100	Mais de 500

Fonte: Sebrae, 2017.

Ressalta-se o fato de que o Micro e Empreendedor Individual (MEI), conforme consta no art. 966 da Lei nº 10.406, não pode contratar mais de um empregado, sendo a contratação de mais de um empregado caracterização para a mudança de regime de tributação.

A definição do porte de uma empresa também tem relação direta com a forma de tributação dos produtos comercializados ou produzidos pela mesma. Segundo Costa (2017), no Brasil são três os principais tipos de regimes tributários mais utilizados pelas empresas, de acordo com as atividades desenvolvidas por elas:

O primeiro deles é o Simples Nacional, consoante a Receita Federal (2017), no qual a forma de tributação está prevista na Lei Complementar nº 123/06, determinando como forma compartilhada de arrecadação de tributos para ME (Microempresa) e EPP (Empresa de Pequeno Porte). Abrange em um único documento de arrecadação – DAS (Documento de Arrecadação do Simples) – o pagamento do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica), CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido), PIS/Pasep (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), ISS (Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza) e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica.

O segundo regime é chamado Lucro Presumido, tributação simplificada do cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido das pessoas jurídicas. A alíquota cobrada é calculada com base na receita bruta e outras receitas sujeitas à tributação. Os outros tributos (PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS) são cobrados separadamente.

O terceiro regime de tributação é o Lucro Real, regime tributário determinado a partir do lucro líquido da empresa. São considerados os registros contábeis e fiscais efetuados, de acordo com as leis comerciais, para a arrecadação do IRPJ e CSLL. Assim como no Lucro Presumido, os outros tributos são arrecadados separadamente.

O Conselho Federal de Contabilidade (2016) determina algumas como as principais Normas Simplificadas para Micro e Pequenas empresas. É o que veremos no quadro 3:

Quadro 3 – Principais Normas Para Micro e Pequenas Empresas

Numeração	Resolução CFC	Nome da Norma
NBC TG 1000 (R1)	DOU 01/11/16	Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas
ITG 1000	1.418/12	Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
CTG 1000	DOU 05/09/13	Adoção Plena da NBC TG 1000
OTG 1000	-	Modelo contábil para microempresa e empresa de pequeno porte

Dados: CFC, 2016.

2.4 CONTABILIDADE APLICADA ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O contexto de constantes mudanças da nossa estrutura econômica comprova que não há mais lugar para amadorismo e improviso. Santos, Dorow e Beuren (2016, p. 154) destacam que “a tomada de decisão não pode ser apenas baseada na intuição ou experiência do gestor. São necessários instrumentos que forneçam informações confiáveis, fidedignas e oportunas para auxiliar no processo decisório”.

Conforme o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – *The International Financial Reporting Standard for SmallandMedium-sizedEntities (IFRS for SMEs)* – PME, Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas (2011, p. 8-9):

As PMEs muitas vezes produzem demonstrações contábeis apenas para o uso de proprietários-administradores ou apenas para o uso de autoridades fiscais ou outras autoridades governamentais. Demonstrações contábeis produzidas apenas para esses propósitos não são, necessariamente, demonstrações contábeis para fins gerais. As leis fiscais são específicas, e os objetivos das demonstrações contábeis para fins gerais diferem dos objetivos das demonstrações contábeis destinadas a apurar lucros tributáveis.

A partir do exposto, pode-se concluir que, no contexto de Micro e Pequena Empresa, o uso das demonstrações contábeis por vezes não produz o efeito esperado pela Contabilidade. As informações acabam sendo utilizadas para mero atendimento de formalidades fiscais e apuração de rendimentos tributáveis sobre o lucro, o que deixa a desejar no quesito informação.

A ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (2012) – determina que a entidade deve elaborar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social. Quando houver necessidade, a entidade deve elaborá-los em períodos intermediários. Através dessa afirmativa, pode-se concluir, então, que a paridade de informações a serem prestadas pelas

pequenas empresas é basicamente a mesma das grandes empresas. Nesse contexto, analisaremos as obrigações das Pequenas empresas de acordo com seu porte.

Segundo dados do SEBRAE (2018), as empresas classificadas como Microempreendedor Individual (MEI) estão obrigadas à emissão de documento fiscal quando o destinatário for empresa. Essa obrigatoriedade, todavia, não se aplica se o destinatário emitir nota fiscal de entrada de mercadorias. Além disso, deve manter relatório mensal de Receitas Brutas para comprovação das receitas, anexando as notas fiscais de entrada de mercadorias e serviços tomados, bem como as notas fiscais de vendas ou prestação de serviços emitidas.

O Microempreendedor Individual deve, ainda, apresentar declaração anual para o DASN-SIMEI (Declaração Anual do Simples Nacional - Microempreendedor Individual). No caso de admissão ou demissão de empregado, deve prestar informações de seus empregados. Quem se enquadra nessa forma de tributação fica dispensado da escrituração dos livros fiscais e contábeis, de declaração eletrônica de serviços e da emissão da Nota Fiscal Eletrônica.

Conforme dados Resolução da Coordenação Geral de Tributação da Receita Federal (2018), entre as obrigações para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte tributadas pelo Simples Nacional, determinadas pelo art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, destacam-se:

- I. Emitir documento fiscal de venda ou prestação de serviço, de acordo com instruções expedidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional;
- II. Manter em boa ordem e guarda os documentos que fundamentaram a apuração dos impostos e contribuições devidos, além do cumprimento das obrigações acessórias enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes.

As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte devem manter o Livro Caixa, onde será escriturada sua movimentação financeira e bancária. Fica vedada a exigência de obrigações tributárias acessórias, relativas aos tributos apurados na forma do Simples Nacional, além daquelas estipuladas pelo CGSN (Comitê Gestor do Simples Nacional) e atendidas por meio do Portal do Simples Nacional, bem como o estabelecimento de exigências adicionais pelos entes federativos.

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar Contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas.

Ainda conforme a Resolução CGSN nº 140, a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional deverá adotar para os registros e controles das operações e prestações por ela realizadas, observado o disposto no art. 63 incisos 1º e 3º,

1º Os livros discriminados neste artigo (Livro Caixa, de Registro de Entradas, Serviços Prestados, Serviços Tomados e Livro de Registro de Entradas e Saídas de Selo de Controle, caso exigível pela legislação do IPI) poderão ser dispensados, no todo ou em parte, pelo ente tributante da circunscrição fiscal do estabelecimento do contribuinte, respeitados os limites de suas respectivas competências.

3º A apresentação da escrituração contábil, em especial do Livro Diário e do Livro Razão, dispensa a apresentação do Livro Caixa.

Diante do exposto e com base na legislação citada, a adoção da Contabilidade simplificada pela ME ou pela EPP optante pelo Simples Nacional não implica a dispensa de apresentação dos demais livros contábeis e fiscais exigidos na legislação.

O Art. 45 da Lei 8.981/199 determina que as Empresas de Pequeno Porte (EPP) que tenham como forma de tributação o Lucro Presumido ou Real devem manter:

I - Escrituração contábil nos termos da legislação comercial;

II - Livro Registro de Inventário, no qual deverão constar registrados os estoques existentes no término do ano-calendário abrangido pelo regime de tributação simplificada;

III - Em boa guarda e ordem, enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes, todos os livros de escrituração obrigatórios por legislação fiscal específica, bem como os documentos e demais papéis que serviram de base para escrituração comercial e fiscal.

Parágrafo único. O disposto no inciso I deste artigo não se aplica à pessoa jurídica que, no decorrer do ano-calendário, mantiver livro Caixa, no qual deverá estar escriturado toda a movimentação financeira, inclusive bancária.

Como melhor forma de apresentação das obrigações inerentes as empresas tributadas pelos regimes de tributação Presumido e Real, Lopes (2017) descreve as principais obrigatoriedades frente a esses regimes de tributação:

Quadro 4 – Obrigações para empresas tributadas pelo Lucro Presumido e Real

Escriturações e declarações	Descrição
ECD - Escrituração Contábil Digital	Declaração acessória anual. Informa os balancetes, plano de contas, balancetes, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e lançamentos contábeis. É a substituição do Livro Diário e Razão.
ECF – Escrituração Contábil Fiscal	Declaração acessória anual. Informa a apuração dos tributos dos contribuintes tributados pelo Lucro Real, Presumido e Arbitrado. Também informa os valores que foram retidos pelos tomadores de serviços, pagamentos e recebimentos efetuados ao exterior, entre outras informações. Os contribuintes optantes pelo Simples Nacional transmitem a DEFIS pelo site da Receita Federal.
DIRF – Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte	Declaração acessória anual. Informa quais os tributos foram retidos pela fonte pagadora ao longo do ano. Deverão transmitir a DIRF as entidades no Lucro Real, Presumido, Arbitrado e Simples Nacional.

Continua

Conclusão

EFD-Contribuições	Declaração acessória mensal. Informa as apurações de PIS e COFINS, crédito de insumos, retenções na fonte, além dos documentos de entradas e saídas
Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF	Declaração acessória mensal. Informa os débitos tributários federais e a forma como foi quitado. Deverão declarar os contribuintes do Lucro Real, Presumido e Arbitrado.
EFD-Reinf	Declaração acessória mensal. Informa as retenções na fonte dos tributos federais, futuramente substituirá a DIRF
EFD – ICMS/IPI	Declaração acessória mensal. Informa as apurações de ICMS e IPI.
e-Social	Informa dados dos funcionários, folha de pagamento e demais informações relacionadas à área trabalhista e previdenciária. Cada informação tem um prazo próprio para ser transmitida.

Fonte: Lopes, 2017.

A partir do exposto pode-se observar como a Receita Federal está fiscalizando de fora mais precisa as informações prestadas pelas Micro e Pequenas Empresas, visando combater a sonegação fiscal.

Vale salientar que, a partir de janeiro de 2019, todas as empresas, exceto aquelas classificadas como MEI, terão a obrigatoriedade de aderir escriturações que compõem o SPED e que atualmente só estão obrigadas para empresas com tributação pelo lucro real e presumido.

3 METODOLOGIA

A seguir serão apresentadas as tipologias da pesquisa utilizadas como direcionadoras para o alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa.

3.1 QUANTO AO OBJETIVO

A pesquisa classificou-se como exploratória, descritiva e de casos múltiplos. Vieira (2002) afirma que a pesquisa exploratória visa proporcionar ao pesquisador uma maior familiaridade com o problema em estudo.

Ela é descritiva, uma vez que buscou “descrever aspectos ou comportamentos de determinada população analisada mediante a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados” (RAUPP e BEUREN, 2014, p. 76).

E é de casos múltiplos, cujo estudo, segundo Yin (2005), amplia os benefícios analíticos da pesquisa ao confrontar realidades diferentes.

Logo, esta pesquisa se classifica desse modo pelo fato de ter buscado entender e descrever vários casos (microempresários) do comércio varejista da cidade de Sumé - PB no tocante aos serviços contábeis recebidos pelos escritórios.

3.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

Quanto aos procedimentos para a coleta de dados, foi realizada a aplicação de um questionário semiestruturado, contendo questões abertas e fechadas, com os Micro e Pequenos empresários do município de Sumé - PB.

Referente ao questionário semiestruturado, Chaer, Diniz e Ribeiro (2011) definem-no como um poderoso instrumento na obtenção de informações, tendo um custo razoável e garantindo o anonimato, além de ser de fácil manejo na padronização dos dados.

O instrumento de coleta de dados (questionário) aplicado em loco foi adaptado (de acordo com a necessidade da pesquisa) dos questionários propostos nas pesquisas dos autores Reino (2018); Dias e Franco (2016); e Anseldo (2012). O questionário foi dividido em quatro blocos: bloco I, voltado para a caracterização dos microempresários; bloco II, voltado para a caracterização da empresa; bloco III, voltado para as informações geradas pela Contabilidade para as empresas; e bloco IV, voltado para a demanda das informações das empresas para com os escritórios.

3.3 QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA

A abordagem configurou-se como pesquisa quali-quantitativa. Nesse sentido, Gonçalves e Meirelles (2002) definem a pesquisa qualitativa como a mais adequada para a investigação de valores, atitudes, percepção e motivação do público pesquisado, com a preocupação primordial de entendê-los em toda sua profundidade.

Já a pesquisa quantitativa é definida por Diehl *et al* (2004) *apud* Dalfovo (2008) como aquela capaz de projetar quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utilizando-se técnicas estatísticas, com a finalidade de obter resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança. Isso se aplica neste estudo, uma vez que a preocupação primordial foi analisar a percepção do Microempresário interpretando as vertentes que compõem essa percepção.

3.4 AMOSTRA

A amostra desta pesquisa foi composta por 10 (dez) Micro e Pequenos Empresários do comércio varejista de gêneros alimentícios da cidade de Sumé, localizada no Cariri Ocidental Paraibano, a cerca de 263,5 km da capital João Pessoa, conforme dados do IBGE (2017). Além disso, possui população estimada em cerca de 16.957 habitantes, numa área de 838.070 km quadrados. A escolha dessa cidade se deu pela acessibilidade aos empresários no tocante à coleta das informações.

Já a opção pelo segmento de comércio varejista de gêneros alimentícios se deu pelo fato dele movimentar a economia local e possuir vinculação com redes de supermercados.

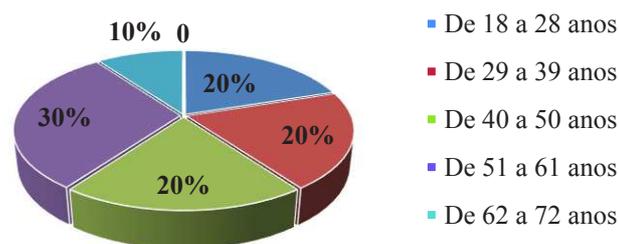
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A seguir serão apresentados os dados e sua análise, divididos em quatro seções. A primeira apresenta a caracterização do perfil dos microempresários; a segunda apresenta a caracterização da empresa; a terceira seção demonstra as principais informações geradas pela contabilidade para empresas; e a quarta aponta as informações mais demandadas pelos microempresários.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DO RESPONDENTES

Com relação à caracterização do perfil dos respondentes, pode-se observar que a faixa etária varia entre 18 e 70 anos, conforme visualizamos no gráfico 1:

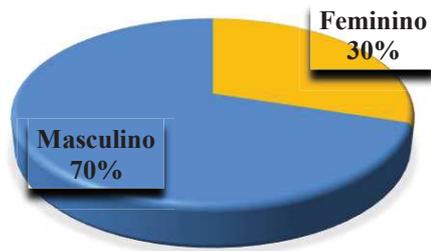
Gráfico 1 – Idade



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A partir do gráfico 1, observa-se que a maior porcentagem (30%) está ocupada por pessoas entre 51 a 61 anos, seguidas por pessoas com até 28, 39 e 50 anos. Desse modo, entre as empresas pesquisadas, apenas uma pessoa tem 20 anos, o que nos leva a concluir que a maior porcentagem de pessoas no comércio varejista está concentrada entre aqueles que tem entre 18 a 61 anos de idade.

No gráfico 2 pode-se observar o gênero dos entrevistados:

Gráfico 2 – Gênero

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Diante do exposto, observa-se que predominantemente sete dos dez entrevistados são do gênero masculino e apenas três são do gênero feminino.

Quando perguntados pelo grau de instrução do responsável pela tomada de decisão da empresa, obteve-se o que segue no quadro 5:

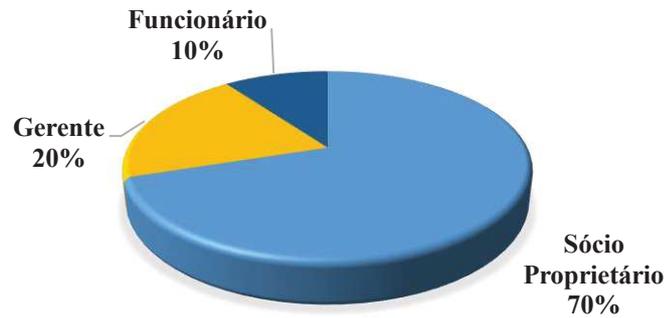
Quadro 5 – Grau de instrução do responsável pela tomada de decisão na empresa

Grau de instrução do responsável pela tomada de decisão dentro da empresa	Quantidade
Ensino fundamental incompleto	0
Ensino Fundamental completo	2
Ensino médio incompleto	0
Ensino médio completo	6
Ensino superior incompleto	0
Ensino superior completo	2
Pós-graduação/Mestrado/Doutorado	0
Total	10

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Identificou-se que dois dos respondentes possuem ensino fundamental completo, seis deles, o ensino médio completo, e apenas dois têm ensino superior completo. Vale salientar que as formações não estão ligadas diretamente a um curso que auxilie na gestão da empresa, sendo um formado em Ciências Biológicas e o outro em Licenciatura em Matemática.

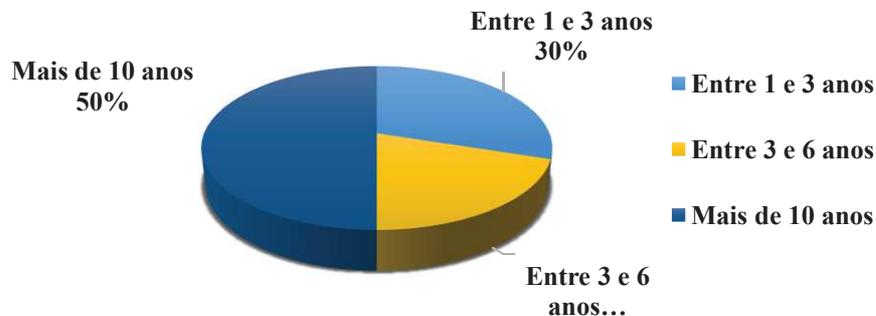
Com relação à função desempenhada pelo respondente, observemos o gráfico 3:

Gráfico 3 – Função

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Com base no exposto no gráfico 3, observa-se que, das dez empresas pesquisadas, sete delas são gerenciadas pelo proprietário, duas por gerentes, e apenas uma por funcionário responsável, o que nos leva a concluir que, constituído o empreendimento, o proprietário da empresa assume o controle da gestão ao longo dos anos.

Quando perguntados sobre tempo de trabalho na empresa, verificou-se, com base no gráfico 4:

Gráfico 4 – Tempo de trabalho na empresa

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

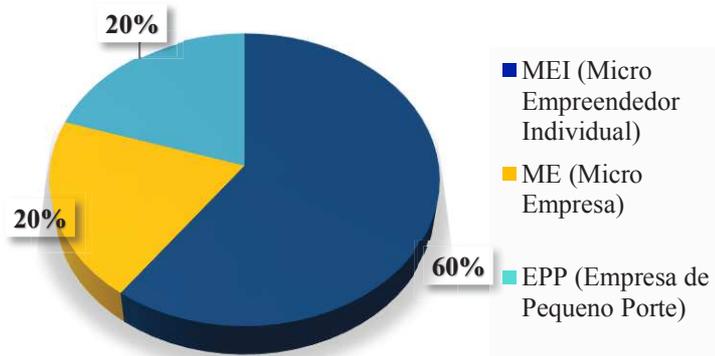
Cerca de cinco dos gestores/proprietários encontram-se no empreendimento há mais de dez anos, o que alerta para o fato de que a maioria dos empreendimentos pesquisados (os mais conhecidos da cidade) são gerenciados por seus proprietários há mais de uma década. Em seguida, visualizamos que três gestores estão no empreendimento há entre um a três anos, ou seja, são novos no ramo, e, logo após, temos dois que se encontram no mercado há entre três e seis anos.

A seguir será apresentada a caracterização do perfil da empresa no tocante a seu porte, regime de tributação, número de funcionários, tempo de atuação no mercado e o responsável pela geração de informações contábeis.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DA EMPRESA

No primeiro quesito analisou-se o porte das empresas, conforme exposto no gráfico 5:

Gráfico 5 – Porte da empresa

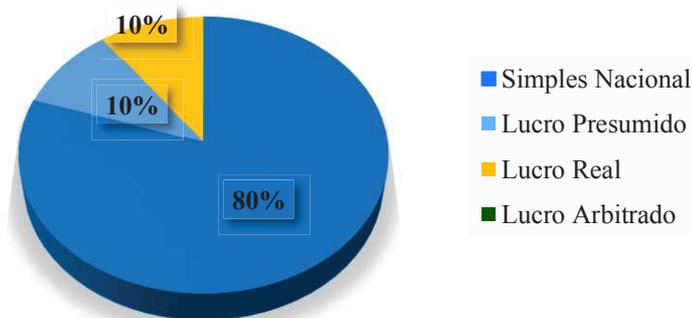


Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Destaca-se que 60% dos empreendimentos pesquisados são MEI (Microempreendedor Individual), seguidos de 20% enquadrados como ME (Microempresa) e 20% como EPP (Empresa de Pequeno Porte).

Com relação ao regime de tributação, verificou-se, com base no exposto no gráfico 6:

Gráfico 6 – Regime de Tributação

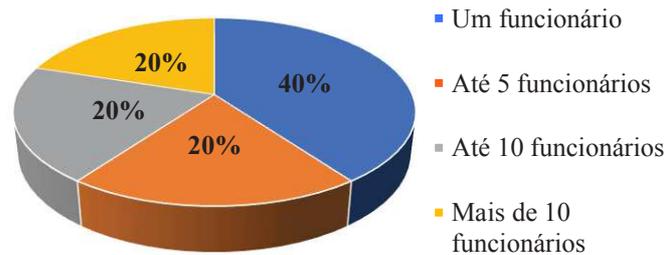


Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Oito das dez empresas pesquisadas são tributadas pelo regime do Simples Nacional. Apenas duas das empresas pesquisadas possuem regime diferente do Simples, sendo uma empresa tributada pelo Lucro Real e a outra pelo regime de Lucro Presumido.

Em relação ao número de funcionários, obteve-se o que segue:

Gráfico 7 – Colaboradores (empregados) na empresa

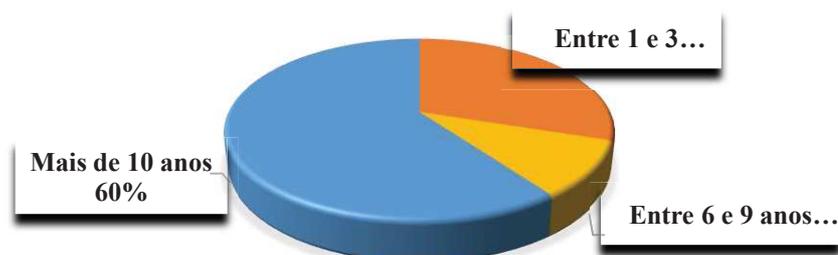


Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A partir do gráfico 5, que apresenta a classificação do porte da empresa, verificamos que 60% das empresas pesquisadas estão enquadradas como MEI. Pela regra geral, presente no art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, considera-se MEI o empresário individual que não contrate mais de um empregado. A contratação de mais de um empregado caracteriza a mudança de regime de tributação, porém, se observado o gráfico 7, pode-se verificar que apenas 40% das empresas pesquisadas contam com apenas um funcionário, o que nos leva a constatar que duas das empresas entrevistadas estão quebrando a regra geral dos MEIs.

O gráfico 8 evidencia o tempo de atuação da empresa no comércio varejista de gêneros alimentícios:

Gráfico 8 – Tempo de atuação da empresa



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Observa-se que 60% dos empreendimentos constituídos estão no mercado há mais de 10 anos. Esse fato faz paridade com o exposto no gráfico 4, que apresenta o tempo de trabalho do respondente da pesquisa na empresa, e confirma que os empreendimentos constituídos pelos Micro e Pequenos empreendedores são administrados e mantidos basicamente por seus proprietários. Pode-se observar também que 30% dos empreendimentos que estão no mercado têm entre um a três anos, empreendimentos considerados novos seguindo o tempo de atuação dos gestores no gráfico 4. Restam, assim, apenas 10% de empreendimentos constituídos com tempo de mercado diferente destes.

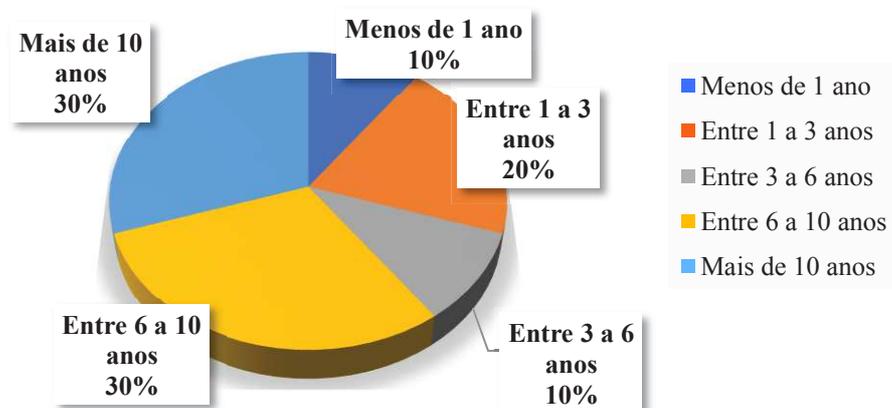
Quando questionados em relação ao responsável por gerar informações contábeis para a empresa, 100% dos pesquisados afirmaram que essa função é desempenhada por um escritório Contábil. E, em relação ao responsável pela tomada de decisão dentro da empresa, a resposta também foi unânime: 100% afirmaram ser do proprietário (empresário) essa função.

A seguir será apresentada a terceira seção, na qual serão abordadas as informações recebidas pelas empresas por parte dos escritórios contábeis, bem como o tempo em que elas contam com o trabalho desses escritórios, os documentos apresentados (enviados) aos profissionais contábeis, o recebimento de informações e a opinião dos microempresários em relação aos serviços recebidos.

4.3 INFORMAÇÕES GERADAS PELA CONTABILIDADE

Analisando o tempo em que os escritórios de contabilidade prestam serviços as empresas pesquisadas:

Gráfico 9 – Tempo de prestação de serviço do escritório

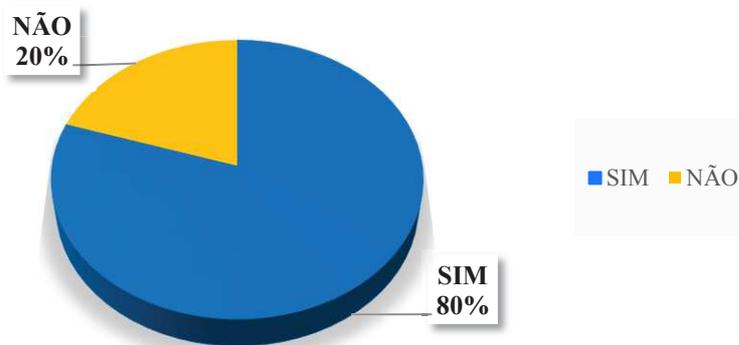


Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A maior parte das empresas são atendidas por seus escritórios há mais de um ano, 30% delas estão com o mesmo escritório de contabilidade há mais de seis anos, juntamente com mais 30% que estão há mais de dez anos. Tal fato pode remeter tanto a um estado de acomodação quanto à satisfação com os serviços oferecidos, o que poderemos analisar a partir dos gráficos que seguem.

A respeito do envio de documentação periodicamente para o escritório, podemos observar o gráfico 10:

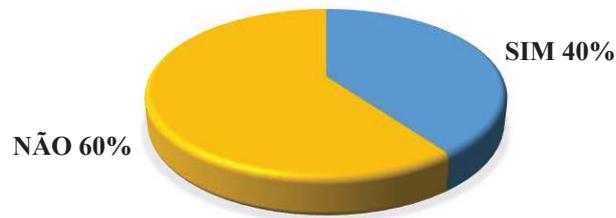
Gráfico 10 – Envio de documentação periódica ao escritório



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Verificou-se, assim, que 80% das empresas enviam mensalmente os relatórios de faturamento, assim como notas fiscais de compra e venda em formato xml e impresso (DANFES de compra e venda). As empresas tributadas pelo lucro Real e Presumido afirmaram, ainda, o envio de boletos, despesas, impostos pagos, demais contas da empresa e informações trabalhistas. Cabe ressaltar que até as empresas com regime de tributação diferente do Simples Nacional não mencionaram o envio de extratos bancários, empréstimos e aplicações realizadas.

Observa-se que, portanto, sob a ótica dos empresários, toda documentação necessária é enviada ao escritório. Por conseguinte, foi perguntado se o escritório apresenta relatórios que auxiliam na administração da empresa a partir da documentação enviada. Sobre isso, segue gráfico para melhor visualização:

Gráfico 11 – Relatórios apresentados pelo escritório

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A partir do gráfico 11, observa-se que 60% dos entrevistados responderam NÃO, ou seja, não recebem nenhum tipo de documentação que auxilie na gestão, uma vez que todos desconheciam os diferentes tipos de relatórios que o escritório poderia oferecer para ajudar a gerir seu negócio. Dos 40% que afirmaram receber relatórios que auxiliam na gestão do negócio, três deles afirmaram estar satisfeitos com os relatórios recebidos, e apenas um afirmou que as informações recebidas são úteis, mas não aplicadas.

Quando perguntados sobre quais serviços (os pesquisados poderiam marcar mais de uma alternativa) são ofertados pelos escritórios à empresa, constatou-se os seguintes, visualizados no quadro 6:

Quadro 6 – Serviços recebidos pelo escritório

Qual o tipo de serviço/informação Contábil sua empresa recebe do escritório atualmente?	%
Abertura alteração e baixa de empresas	60%
Cálculo de Impostos	70%
Balanço/Demonstração do Resultado e Notas Explicativas	30%
Relatório de Análise das Demonstrações	10%
Emissão de Livro Caixa (contendo movimentação financeira e bancária)	10%
Envio de Declarações anuais (ECD/ECF/DIRF/RAIS/DIRPF)	40%
Preenchimento de guias para pagamento	50%
Orientação Fiscal e Tributária	60%
Orientação Contábil	30%
Orientação Trabalhista	60%
Controle de Contas a Pagar/Receber	10%
Planejamento Orçamentário	0
Formação do Preço de Venda	0
Ponto de Equilíbrio	0
Outras	10%

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Dessa forma, percebeu-se que a maioria dos serviços/informações contábeis prestados às empresas estão associados a abertura de empresas, questões tributárias, fiscais ou trabalhistas, e a maioria informou que os serviços contábeis mais prestados são para cálculo de impostos (70%). Além disso, 60% afirmaram ser atendidos pelo escritório no quesito abertura, alteração e baixa de empresa, orientação fiscal e tributária e orientação trabalhista. Também, 50% afirmam que os escritórios geram guias para pagamento de impostos e 40% a fim de resolver questões do envio de declarações anuais, como ECD, ECF, DIRF. Tal constatação deixa ainda mais evidente que as informações geradas pelos escritórios não auxiliam na gestão dos empreendimentos, tendo em vista que a minoria marcou a opção de balanço patrimonial, análise das demonstrações, emissão de livro caixa e demais alternativas que atentam para questões de gerenciamento.

Em seguida aos questionamentos, os microempresários foram convidados a atribuir uma nota de 0 a 5 em relação aos serviços recebidos pelos escritórios, conforme apresentado no quadro 7:

Quadro 7 – Nota para o escritório que presta serviço à empresa

Utilizando uma escala de 0 a 5 que nota daria para o escritório de contabilidade que presta serviços a sua empresa em relação a:	0	1	2	3	4	5	Totais
Pontualidade quanto ao solicitado			10%	10%	30%	60%	100%
Atendimento					20%	80%	100%
Auxílio na administração da empresa	40%			10%	30%	20%	100%
Equipe técnica					60%	40%	100%
Solução de problemas		10%		20%	10%	60%	100%
Qualidade geral do serviço			10%	20%	20%	50%	100%
Geração de informações úteis		10%	10%		40%	40%	100%
Zelo e compromisso			10%		20%	70%	100%
Confiabilidade				10%	10%	80%	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Os dados demonstram que 60% das empresas pesquisadas atribuíram nota máxima à pontualidade e que 80% afirmam receber um bom atendimento. Enquanto isso, o auxílio na administração da empresa chama a atenção pelo percentual de nota mínima: recebe 40% com nota 0. Pode-se destacar, ainda, mais uma característica, que recebeu nota 4 na avaliação das empresas, que foi a equipe técnica dos escritórios com 60% de aprovação. A solução de problemas obteve 60%, considerando a nota máxima, o que retrata uma boa perspectiva. A qualidade geral do serviço também obteve 50% de nota máxima. A geração de informações úteis recebeu uma boa nota, sendo 40% com nota 4 e mais 40% com nota máxima. Zelo e compromisso e confiabilidade chamam atenção pela sua alta porcentagem, com nota máxima

em 70% e 80%, respectivamente. No geral, pode-se inferir que as empresas entrevistadas recebem um bom atendimento, têm o respeito e uma boa impressão pelos profissionais contábeis. Entretanto, o auxílio e subsídio na administração das empresas não acontece, o que acaba por repercutir na utilização da contabilidade somente para atendimentos das exigências com o governo e não para fins gerenciais.

A seguir será apresentada a última seção dos dados da pesquisa, na qual se buscou identificar quais são as informações mais requisitadas e demandadas pelas empresas aos escritórios de contabilidade.

4.4 INFORMAÇÕES DEMANDADAS

Quando questionados sobre quais serviços são mais demandados aos escritórios de contabilidade, obteve-se os seguintes dados, apresentados no quadro 8:

Quadro 8 – Serviços mais solicitados ao escritório de Contabilidade

Serviços mais solicitados ao escritório de contabilidade	Número de respostas
Cálculo de impostos	50%
Folha de pagamento	40%
Orientação contábil	10%
Guia para pagamento de impostos	20%
Levantamento de faturamento	10%
Despesas	10%
Departamento pessoal (contratação e demissão de funcionário)	10%
Informações trabalhistas	10%
Não sabe	10%

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Observa-se que 50% dos gestores solicitam ao escritório o valor dos impostos, 40% deles, a folha de pagamento dos funcionários e 20% relataram pedir as guias para pagamento de impostos. As demais respostas foram utilizadas apenas por um respondente, foram elas: Orientação contábil, levantamento de faturamento, despesas enviadas anteriormente ao escritório, departamento pessoal para contratação e demissão de funcionário, informações trabalhistas e um, ainda, não soube responder.

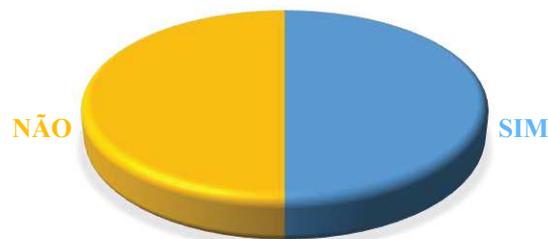
A partir do questionamento, exposto anteriormente no gráfico 8, os gestores foram perguntados sobre quais informações seriam mais importantes e úteis para o processo de gerenciamento do negócio. Os dados revelam que seis deles não souberam quais informações poderiam ser úteis. O gerente de 20 anos de idade respondeu que manter a contabilidade

sempre atualizada e organizada é um dos pontos essenciais; o proprietário de 41 anos afirmou que as informações que o auxiliam são o valor da folha de pagamento e informação fiscal. Uma das únicas proprietárias com formação superior, o curso de ciências biológicas, uma mulher de 35 anos, afirmou que o valor dos impostos e da folha de pagamento é o que a auxilia na gestão, e um balanço ela gera no próprio sistema. O último a responder foi o gerente de 30 anos, que relatou que todas as informações, de acordo com o citado no item anterior (informações sobre qual documentação é requisita ao escritório), tem seu grau de importância, visto que a empresa possui vários setores.

Diante do exposto, pode-se observar que nenhum dos proprietários e/ou gerentes conhecem quais informações poderiam ser úteis no processo de gerenciamento de seu empreendimento, nem aquele com empresa tributada pelo lucro Real, confirmando que a informação gerada não subsidia o gerenciamento e nem o processo decisório, limitando-se a cumprir apenas as obrigações principais e acessórias.

Por fim, foi questionado aos entrevistados, caso o governo simplificasse o recolhimento dos impostos e encargos sociais, de modo que a empresa fosse capaz de calcular os impostos a serem pagos e de enviar as declarações necessárias aos órgãos competentes, se essas empresas manteriam o contrato com o escritório de contabilidade. Segue gráfico para melhor visualização das repostas:

Gráfico 12 – Simplificação das obrigações da empresa



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Constatou-se que cinco deles reponderam SIM, ou seja, que manteriam o contrato com os escritórios, e cinco responderam que NÃO manteriam o vínculo com o escritório.

Para um melhor entendimento foram tabulados os principais motivos alegados pelos entrevistados para manterem ou não o contrato com os escritórios e receberem ajuda de profissionais contábeis.

Quadro 9 – Principais motivações apresentadas

SIM	NÃO
Para melhoria da contabilidade uma ajuda é mais que bem-vinda	Porque o que eu pago pra eles, se eu tivesse conhecimento, eu faria
Porque me requer tempo, o que não tenho	Porque eu teria um funcionário para dar entrada nas notas e fazer o serviço
Porque é uma dor de cabeça a menos para nós	Se eu soubesse fazer, eu não iria pagar
Escritórios com uma equipe competente oferecem às empresas melhor segurança em relação às análises que serão feitas, tendo em vista que os profissionais estão diretamente ligados com as informações impostas pelo governo	Porque, se dávamos conta de tudo, não precisávamos pagar
O apoio é importante	Porque o governo faria o serviço feito pelo escritório

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

As diversas respostas chegaram a um ponto em comum: os 50% que responderam que SIM, mesmo que pudessem fazer tudo, manteriam contrato com o escritório de contabilidade, pois veem nos serviços uma forma de apoio, por serem pessoas atarefadas. Já os 50% que responderam que NÃO pagariam são aqueles Micro e Pequenos empresários que possuem um comércio menor, em família. Estes maximizam a questão do desembolso por parte da empresa de um outro modo, e destinariam o recurso do pagamento de honorários do profissional contábil para outras despesas.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou investigar a percepção dos Micro e Pequenos empresários do comércio varejista do Município de Sumé – PB sobre os serviços oferecidos pelos escritórios de contabilidade.

Em resposta ao objetivo proposto, os dados revelaram que o perfil dos Micro e Pequenos Empresários é constituído por pessoas entre 18 e 72 anos, sendo o maior percentual (30%) ocupado por pessoas de até 61 anos de idade. Constatou-se também que 70% dos entrevistados são do gênero masculino. Em relação ao gerenciamento da empresa, observou-se que 60% dos responsáveis pela tomada de decisão dentro da empresa possuem apenas o ensino médio completo. Com relação ao tempo de trabalho dos gestores no empreendimento, visualizou-se que 50% possuem tempo de trabalho de mais de 10 anos na empresa.

Das empresas entrevistadas, 70% são gerenciadas pelo proprietário. Acerca do porte das empresas, constatou-se que 60% são classificadas como Micro Empresário Individual (MEI). Ainda, 60% dos Micro empreendimentos contam com mais de um funcionário, sendo apenas 40% com apenas um funcionário, o que configura que duas das empresas entrevistadas estão quebrando a regra geral do MEI de só poder ter até um funcionário. Verificou-se que 80% das empresas em questão são tributadas pelo Regime do Simples Nacional. Além disso, observou-se que 60% das empresas estão no mercado há mais de dez anos. Todos os Microempresários afirmaram contar com um escritório responsável que lhes presta a informação contábil e que têm como responsável pela tomada de decisão o proprietário.

Quanto aos serviços oferecidos pelos escritórios de contabilidade aos empresários, constatou-se que 60% das empresas estão com o mesmo escritório há mais de seis anos. 80% afirmam enviar documentação periódica ao escritório, documentação esta ligada a questões fiscais. Questionadas a respeito do recebimento de relatórios que auxiliem na gestão, descobriu-se que 60% afirmam não receber nenhum tipo de relatório, e todos desconhecem qual documentação poderia auxiliar na gestão de seu empreendimento. Pôde-se constatar que a maioria dos serviços prestados aos Microempresários está voltada à abertura de empresa, questões tributárias, fiscais ou trabalhistas. Um fato que chama a atenção é que 60% das empresas pesquisadas atribuíram nota máxima à pontualidade dos escritórios, e 80% afirmam, ainda, receber um bom atendimento, enquanto o auxílio na administração da empresa chama a atenção pelo percentual de nota mínima, sendo o único quesito a obter nota 0 (40%).

No tocante aos serviços mais solicitados aos escritórios de contabilidade, verificou-se que as maiores porcentagens estão classificadas no valor dos impostos (50%), folha de

pagamento (40%) e guias para pagamento de impostos (20%). A respeito de quais informações seriam úteis para o gerenciamento de suas empresas, 60% deles não souberam quais informações poderiam ser úteis, e os 40% que tiveram resposta diferente desta desconhecem quais relatórios poderiam realmente ser determinantes no gerenciamento de sua empresa. Levantada a hipótese, caso o governo simplificasse o envio de informações e cálculo dos impostos, de modo que a própria empresa pudesse fazer todo o serviço, se ela manteria o contrato com seus respectivos escritórios, 50% responderam que manteriam, pois são pessoas que se consideram mais atarefadas, e os 50% que responderam que não são os Microempresários com comércios familiares que não querem ter desembolso extra de honorários.

Com base no exposto, concluiu-se que os empresários julgam receber um bom atendimento, apreciam a equipe técnica dos escritórios, têm uma boa confiança em seus respectivos contadores, mas desconhecem como a contabilidade poderia auxiliá-los, utilizando em sua maioria serviços que desencadeiam em pagamento de impostos ao governo e cálculo do valor da folha de pagamento de seus funcionários.

Por conseguinte, recomenda-se para estudos futuros a aplicação desta pesquisa em outros segmentos da atividade econômica ou, ainda, a ampliação deste estudo no mesmo segmento de comércio varejista de gêneros alimentícios nas cidades circunvizinhas a fim de comparar os resultados encontrados.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A.F. **Gestão estratégica das informações internas na pequena empresa**: Estudos comparativos de casos em empresas do setor de serviço (hoteleiro) da região de Brotas – SP, 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Escola da Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

ANSELMO, T. A. **Avaliação da qualidade dos serviços contábeis prestados às Micro e Pequenas Empresas comerciais com sede no bairro centro em Biguaçu/SC**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Curso de Ciências Contábeis. Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103722/TCC%20THIAGO%20ANDRE%20ANSELMO.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30/10/2018.

BARBOSA, F. P; BRITO, I. C.S; ALVES, K. A; ESTEVAM, M. K; e ARAUJO, T.V. de. Percepção da qualidade dos serviços contábeis por empresários. IV CONGRESSO BRASILEIRO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS de 17 a 19 out. 2016.

BEUREN, I.M. **Gerenciamento da informação**: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. Lei Complementar nº 123/06. Art. 3º. Incisos I e II; e Art. 996 da Lei nº 10.406/09. JUSBRASIL. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/home>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

_____. Lei nº 10406. Art. 966. CAPÍTULO I - Da Caracterização e da Inscrição. PE - Poder Executivo Federal. Portal da Legislação. Publicação em: 11/01/2002. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibmlink.php?numlink=1-96-24-2002-01-10-10406-PEL2T1#livIItitIcapI>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

_____. Art. 45. Lei 8.981/199. Senado Federal, 20 de janeiro de 1995. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/tributario/lei8981.htm>>. Acesso em: 07 set. 2018.

_____. Lei Nº 12.249, de 11 de junho de 2010 - Publicação Original. Legislação Informatizada. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12249-11-junho-2010-606678-publicacaooriginal-127512-pl.html>>. Acesso em: 05 out. 2018.

CARVALHO, A.M. R; NAKAGAWA, M. **Informações contábeis**: um olhar fenomenológico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 17., 2004, Santos. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2004. p. 160.

CARVALHO, M. J. R. M; SILVA, J. A. A. da; MARTINS, J. D. M; CURI, W; e ALBUQUERQUE, L. S. **Dificuldades dos Profissionais de Contabilidade em Relação à Prestação dos Serviços Contábeis**. XVI Congresso Brasileiro de Custos – Fortaleza - Ceará, Brasil, 03 a 05 nov. 2009.

CAVALCANTE, C. H; SCHNEIDERS, P. M. M. A contabilidade como geradora de informações na gestão de micro e pequenas empresas de Iporã do Oeste/SC. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Florianópolis: Revista editada pelo CFC, ano XXXVII, v.37, nº 172, p.72, jul/ago. 2008.

CHAER, G; DINIZ, R. R. P; e RIBEIRO, E. A. **A técnica do questionário na pesquisa educacional**. Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011. Disponível em: <<http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/201>>. Acesso em: 08 out. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico PME contabilidade para pequenas e médias empresas - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade** – *The International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities (IFRS for SMEs)*. Pronunciamentos 8 e 9. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/392_CPC_PMEeGlossario_R1_rev%2011_alt.pdf>. Acesso em: 19 nov.2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Simplificadas para PMEs**. Disponível em: <https://cfc.org.br/wpcontent/uploads/2016/02/NBC_TG_GERAL_SIMPLIFICADASPME_03112016.pdf>. Ano: 2016. Acesso em: 14 ago. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas**. NBC T 19.41, aprovada pela Resolução CFC nº 1.255-09. Porto Alegre, janeiro de 2011. P8. Disponível em: <http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_contabilidadePME.pdf>. Acesso em: 03 out. 2018.

COSTA, G. S. da. **Lucro real x lucro presumido x simples nacional**: um comparativo entre os regimes de tributação. Monografia (Graduação) - Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017.

DALFOVO, M. S; LANA, R. A; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008

DIAS, J.M. F. **A linguagem utilizada na evidenciação contábil**: Uma análise de sua compreensibilidade à luz da teoria da comunicação. Caderno de Estudos, FIPECAFI, São Paulo, 2000.

DIAS, J. dos S; e FRANCO, D. B. **A Percepção dos empresários de Boa Vista-RR quanto à utilidade da informação contábil na gestão empresarial**. Trabalho apresentado no 20º Congresso Brasileiro De Contabilidade. Fortaleza-CE, 2016. Disponível em: <<http://cbc.cfc.org.br/comitecientifico/images/stories/trabalhos/438C.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2018.

FRANCISCO, J. K. de S; e ERCULANO, P. H. **A percepção dos gestores das Micro e Pequenas Empresas sobre o gerenciamento das informações contábeis**. XII SEGeT de 28/29/30 de out. de 2015.

FORTES, J. C. **Manual do Contabilista**. Uma abordagem teórica - prática da profissão contábil. Editora Saraiva. Brasília 2002.

GALVÃO, M. C. B. **O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica**. USP. Disponível em: <http://www2.eerp.usp.br/Nepien/DisponibilizarArquivos/Levantamento_bibliografico_CristianeGalv.pdf>. Ano: 2009. Acesso em: 07 ago.2018.

GONÇALVES, C. A; MEIRELLES, A. M. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

IBGE. 2017. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 01 nov. 2018.

LOPES, M. **Principais obrigações acessórias federais em 2018**. Publicado em 15 de janeiro de 2018. Disponível em: <<http://lopesmachado.com/principais-obrigacoes-acessorias-federais-em-2018/>>. Acesso em 10 nov. 2018.

KOUNROUZAN, M. C. **O Perfil do Profissional Contábil**. REPSIN FAEMA Repositório Institucional. Ano: 2017. Disponível em: <<http://repositorio.faema.edu.br:8000/jspui/handle/123456789/1273>>. Acesso em 06 ago. 2018.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MELO, M. A. G.de. **A evolução da contabilidade e as novas perspectivas dos profissionais contábeis**. 2012. Universidade de Caxias do Sul. Repositório da UCS. Pág. 34. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/handle/11338/1577>>. Acesso em 15 ago. 2018.

PADAVONE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial**. Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2012.

RAUPP, F. M; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 76-96.

RAZA, C. **Informações contábeis**: o cliente não sabe pedir e o escritório contábil, na sua grande maioria, não está preparado para fornecer. Boletim CRC SP, São Paulo, 2008.

RECEITA FEDERAL. **Comissão Geral de Tributação da Receita Federal**. Comitê Gestor do Simples Nacional. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

RESOLUÇÃO CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018. **Sistema Normas Gestão da Informação**. Publicado em: 24/05/2018. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=92278&visao=original>>. Acesso em 10 nov. 2018.

RESOLUÇÃO CFC N.º 1.418/12. **ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Publicação: 05/12/2012. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1418.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

RESOLUÇÃO CFC N.º 803/96. **Código De Ética Profissional Do Contador**. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_803.pdf>. Acesso em 06 ago. 2018.

REINO, R. R. C. **Percepção dos micro e pequenos empresários sobre os serviços prestados por seus contadores**: um estudo aplicado nas empresas comerciais de Dois Riachos -AL. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Unidade Santana do Ipanema, Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Alagoas, Santana do Ipanema, 2018. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufal.br>>. Acesso em: 30 out. 2018.

REZENDE, D. A. **Planejamento de informações públicas municipais: guia para planejar sistemas de informação, informática e governo eletrônico nas prefeituras e cidades**. São Paulo: Atlas, 2005.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade Geral Fácil**. São Paulo. 9. ed. Editora Saraiva, 2013.

SANTOS, M. L. **A importância do profissional contábil na contabilidade gerencial: uma percepção dos conselheiros do CRC/MG.** E-Civitas Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH Belo Horizonte, vol. III, n. Disponível em: <<http://revistas.unibh.br/index.php/dcjpg/article/viewFile/56/33>> 01/06/2010. Acesso em: 10 dez. 2017.

SANTOS, V. dos. DOROW, D. R. BEUREN, M. I. **Práticas gerenciais de micro e pequenas empresas.** Revista Ambiente Contábil, pág. 154, v. 8 n.1. Natal – RN, 2016.

SEBRAE. **Microempreendedor individual.** Ano: 2018. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/como-o-mei-deve-proceder-com-nota-fiscal-impostos-e-importacao,fc1a13074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SEBRAE. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira.** Sebrae Nacional. Fevereiro de 2015. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e55cdb1932bc40120b21bf4d277bb6ea/\\$File/5307.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e55cdb1932bc40120b21bf4d277bb6ea/$File/5307.pdf)>. Acesso em: 27 nov. 2018.

SEBRAE. **Receita bruta e o número de empregados para MEI, ME e EPP.** Publicado em 7 de abril de 2017 por Jefferson Reis Bueno. Disponível em: <<http://blog.sebrae-sc.com.br/numero-de-empregados-receita-bruta-para-mei-me-epp/>>. Acesso em 24 nov. 2018.

SOUSA, A. J. de **A percepção dos contadores atuantes na área pública da Paraíba quanto ao processo de convergência as Normas Internacionais de Contabilidade.** 21ª ed. CDD 657.61. Biblioteca Setorial – CAMPUS VI. Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas 2016.

SOUZA, M. L. de. **O uso da informação contábil em micro e pequenas empresas de Taguatinga - DF.** 2016. 49 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/16114/1/2016_MatheusLaraDeSouza_tcc.pdf>. Acesso em 12 set. 2018.

STROEHER, A. M; FREITAS, H. **O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas.** Pág. 14. Revista RAUSP, 2008.

VIEIRA, V. A. **As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing.** Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.1, p.61-70, jan./abr. 2002. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/449/344>>. Acesso em: 06 out. 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi. 3ª ed. Editora Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO APLICADO PARA PESQUISA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: /PB

PESQUISADORA: Natália de Souza Silva
PROFESSORA ORIENTADORA: Mauricéia Carvalho

PERCEPÇÃO DOS MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO MUNICÍPIO DE SUMÉ – PB SOBRE OS SERVIÇOS OFERECIDOS PELOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE

Prezado(a) Entrevistado(a),

Como parte do processo de conclusão do curso de Bacharel em Ciências Contábeis, estou conduzindo uma pesquisa que visa verificar a percepção dos Micro e Pequenos Empresários do comércio varejista do município de Sumé – PB sobre os serviços oferecidos pelos escritórios de Contabilidade.

Assim, gostaria da sua contribuição para o desenvolvimento desta pesquisa, respondendo o questionário a seguir.

As informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.

BLOCO I - CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DO RESPONDENTE

Idade: _____

Gênero: Feminino Masculino

1) Qual o grau de instrução do responsável pela tomada de decisão dentro da empresa?

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós graduação/Mestrado/Doutorado

2) Em caso de formação superior, qual Área de formação?

- Administração
- Contabilidade
- Economia
- Tecnólogo em gestão pública
- Outra: _____

3) Qual sua função na empresa?

- Sócio Proprietário
- Gerente
- Representante Legal
- Funcionário
- Outra: _____

4) Há quanto tempo você trabalha na empresa?

- Menos de 1 ano
- Entre 1 e 3 anos
- Entre 3 e 6 anos
- Entre 6 e 9 anos
- Mais de 10 anos

BLOCO II – DADOS DA EMPRESA

5) Qual o porte de sua empresa?

- MEI (Micro Empreendedor Individual)
- ME (Micro Empresa)
- EPP (Empresa de Pequeno Porte)

6) Qual o regime de tributação:

- Simples Nacional
- Lucro Presumido
- Lucro Real
- Lucro Arbitrado

7) Sua empresa conta com quantos colaboradores (empregados)?

- Um funcionário
- Até 5 funcionários
- Até 10 funcionários
- Mais de 10 funcionários

8) Há quanto tempo a empresa atua no comércio varejista de gêneros alimentícios da cidade?

- Menos de 1 ano
- Entre 1 e 3 anos
- Entre 3 e 6 anos
- Entre 6 e 9 anos
- Mais de 10 anos

9) Quem é o responsável por gerar as informações contábeis para empresa?

- Contador Interno
- Escritório de Contabilidade

10) Quem é o responsável pela tomada de decisões dentro da empresa?

- Proprietário (empresário)
- Funcionário (gerente) responsável
- Outra empresa de assessoria
- Outra _____

BLOCO III – INFORMAÇÕES GERADAS PELA CONTABILIDADE

11) Há quanto tempo o escritório de Contabilidade responsável pelas informações presta serviços a sua empresa?

- Menos de 1 ano
- Entre 1 a 3 anos
- Entre 3 a 6 anos
- Entre 6 a 10 anos

Mais de 10 anos

12) A empresa disponibiliza documentos periodicamente para o escritório de Contabilidade?

SIM

NÃO

Não sabe informar

13) Se a resposta anterior (questão 14) for SIM, quais documentos a empresa disponibiliza?

14) O escritório que presta serviço a sua empresa apresenta relatórios que auxiliam na administração da empresa?

SIM

NÃO

Não sabe informar

15) Se a resposta anterior for SIM. Qual sua opinião em relação aos relatórios recebidos:

Não entendo

Entendo mas não vejo muita utilidade

Uteis mas não aplico

Uteis e são aplicados

Chegam atrasados

Estou satisfeito com os relatórios recebidos

Não estou satisfeito com os relatórios recebidos

16) Se a resposta da questão 4 for NÃO. Você solicita algum tipo de relatório?

SIM

NÃO

Qual? _____

17) Qual o tipo de serviço/informação Contábil sua empresa recebe do escritório atualmente? (Nesta pergunta pode ser assinalada mais de uma alternativa)

Abertura alteração e baixa de empresas

Cálculo de Impostos

Balanço/Demonstração do Resultado e Notas Explicativas

Relatório de Análise das Demonstrações

Emissão de Livro Caixa (contendo movimentação financeira e bancária)

Envio de Declarações anuais (ECD/ECF/DIRF/RAIS/DIRPF)

Preenchimento de guias para pagamento

Orientação Fiscal e Tributária

Orientação Contábil

Orientação Trabalhista

Controle de Contas a Pagar/Receber

Planejamento Orçamentário

Formação do Preço de Venda

Ponto de Equilíbrio

[] Outras _____

18) Utilizando uma escala de 0 a 5 que nota daria para o escritório de contabilidade que presta serviços a sua empresa em relação a:

- [] Pontualidade quanto ao solicitado
- [] Atendimento
- [] Auxílio na administração da empresa
- [] Equipe técnica
- [] Solução de problemas
- [] Qualidade geral do serviço
- [] Geração de informações úteis
- [] Zelo e compromisso
- [] Confiabilidade

Bloco IV – INFORMAÇÕES DEMANDADAS

Quais são os serviços mais solicitados ao escritório de contabilidade?

Quais informações são mais importantes e úteis para o processo de gerenciamento do negócio?

Se o governo simplificasse o recolhimento dos impostos e encargos sociais de modo que sua empresa fosse capaz de calcular os impostos a serem pagos, e enviar as declarações necessárias aos órgãos competentes, você manteria o contrato com o escritório de contabilidade que lhe atende?

- [] SIM
 - [] NÃO
- Por quê?
